



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL Nº 126034-8/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : MARCELO VENÂNCIO BEZERRA

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Heriberto Carvalho Galvão

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO PELA QUAL SE CONCEDERA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO PARA DETERMINAR AO EXMO. SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO QUE ADOTASSE AS PROVIDÊNCIAS PARA O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO REQUESTADO NA EXORDIAL (GEODON 80, INDICADO PARA O TRATAMENTO DE ESQUIZOFRENIA), ENQUANTO PERDURASSE A PRESCRIÇÃO MÉDICA, SOB PENA DA INCIDÊNCIA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) NA HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA.

I) PRELIMINAR DE INEXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DO IMPETRANTE: APONTA O AGRAVANTE NÃO TER SE RECUSADO A FORNECER MEDICAMENTOS PARA O COMBATE À ENFERMIDADE DO RECORRIDO, RAZÃO PELA QUAL ESTE SERIA CARECEDOR DE AÇÃO. OCORRE QUE O INTERESSE PROCESSUAL SE DESDOBRA NO BINÔMIO NECESSIDADE/UTILIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, SENDO QUE O MEDICAMENTO PLEITEADO É ÚTIL AO TRATAMENTO DA DOENÇA EM QUESTÃO, HAVENDO, DOUTRA BANDA, PREMENTE NECESSIDADE DE QUE O

321
124
RECORRIDO UTILIZE O REMÉDIO EM TELA, UMA VEZ QUE NÃO VEM RESPONDENDO SATISFATORIAMENTE ÀS TERAPIAS CONVENCIONAIS. PRELIMINAR REJEITADA. DECISÃO UNÂNIME.

II) PRELIMINAR DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E CONSEQÜENTE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO: APONTA, AINDA, O RECORRENTE QUE, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4º E 7º, INCISO XI, DA LEI Nº 8.080/90, O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) SERIA INTEGRADO NÃO APENAS PELO ESTADO DE PERNAMBUCO, MAS TAMBÉM PELA UNIÃO E PELOS MUNICÍPIOS, RAZÃO PELA QUAL ESTES E SUAS RESPECTIVAS AUTORIDADES TAMBÉM DEVERIAM FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DO FEITO, O QUE LEVARIA À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA APRECIAR A QUESTÃO - DIANTE DA PRESENÇA DA UNIÃO -, TENDO-SE EM VISTA O DISPOSTO NO ARTIGO 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. OCORRE QUE SE TRATA DE COMPETÊNCIA COMUM A TODOS OS ENTES FEDERATIVOS (ART. 23, INCISO II, DA CF/88), O QUE IMPÕE O RECONHECIMENTO DE UMA RESPONSABILIDADE/OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TAIS ENTES PELO TRATO DA SAÚDE DOS CIDADÃOS, RAZÃO PELA QUAL O AUTOR DA AÇÃO ORIGINÁRIA TEM O DIREITO DE ESCOLHER QUAL ENTE FEDERATIVO DEMANDAR, UMA VEZ QUE SE TRATA DE COOBRIGADOS. PRELIMINAR NÃO ACOLHIDA. DECISÃO INDISCREPANTE.

III) PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO: ADUZ O RECORRENTE QUE O AUTOR DA AÇÃO MANDAMENTAL POSTULARIA MEDIDA ADMINISTRATIVA QUE NÃO PODERIA SER DEFERIDA PELO JUDICIÁRIO, SOB PENA DE ESTAR O JUIZ SE SUBSTITUINDO AO ADMINISTRADOR E OFENDENDO O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA

322
P
126

SEPARAÇÃO DE PODERES (ARTIGO 2º, CF DE 88) -
ACRESCENTA, AINDA, QUE A COMPRA DE MEDICAMENTOS
SEM OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
IMPORTARIA VIOLAÇÃO, ENTRE OUTROS DISPOSITIVOS, AO
INCISO XXI DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E À
LEI FEDERAL Nº 8.666/93, PELO QUE, COM FULCRO NO
ARTIGO 267, INCISO VI, DO CPC, REQUER A EXTINÇÃO DO
FEITO SEM JULGAMENTO MERITÓRIO. OCORRE QUE TAIS
ALEGAÇÕES ADENTRAM O MÉRITO DA CAUSA, DEVENDO,
ASSIM, SER APRECIADAS SOMENTE QUANDO DA ANÁLISE
MERITÓRIA. PRELIMINAR DA QUAL NÃO SE CONHECE.
DECISÃO UNIFORME.

IV) MÉRITO: É DEVER DO PODER PÚBLICO, EM QUALQUER
DE SUAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL),
ZELAR PELA SAÚDE DE SEUS CIDADÃOS. ADEMAIS,
CONSOANTE PRECEITUA O CAPUT DO ARTIGO 5º DE NOSSA
CARTA MAGNA FEDERAL, CABE AO PODER PÚBLICO VELAR
PELA PRESERVAÇÃO DA VIDA HUMANA - O DIREITO À
SAÚDE ENCONTRA-SE GARANTIDO NO ARTIGO 196 DA CF,
NO ARTIGO 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.080/90, BEM COMO NO
ARTIGO 159 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO.

- NO CASO CONCRETO, EVENTUAL INDEFERIMENTO DO
PLEITO DO IMPETRANTE PODERIA TRAZER PREJUÍZOS
IMEDIATOS E IRREPARÁVEIS À SUA SAÚDE, SENDO CERTO
QUE, CONSOANTE ATESTADO MÉDICO, TRATA-SE DE
PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA QUE NÃO VEM
RESPONDENDO SATISFATORIAMENTE AOS TRATAMENTOS
CONVENCIONAIS; MUITO AO REVÉS, VEM APRESENTANDO
SÉRIOS EFEITOS ADVERSOS AOS ANTIPSICÓTICOS
TRADICIONAIS. ACRESCENTE-SE QUE NÃO PODE O ESTADO
SUSCITAR QUESTÕES ADMINISTRATIVAS PARA SE FURTAR

323
P
126
A CUMPRIR SUA OBRIGAÇÃO – CONSTITUCIONALMENTE PREVISTA, CONFORME JÁ VISTO – DE GARANTIR A SAÚDE DOS ADMINISTRADOS.

- TAMPOUCO É MERECEDORA DE GUARIDA A ALEGAÇÃO DE QUE A CONCESSÃO, PELO JUDICIÁRIO, DE MEDIDA ADMINISTRATIVA TAL COMO PLEITEADA IMPLICARIA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDEPENDÊNCIA/SEPARAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO (ARTIGO 2º, CF DE 88) – COM EFEITO, SEMPRE QUE O PODER PÚBLICO NÃO ESTIVER CUMPRINDO COM SEU DEVER DE ZELAR PARA COM A SAÚDE DE SEUS ADMINISTRADOS TEM O INTERESSADO A VIA ABERTA DO JUDICIÁRIO PARA FAZER VALER SEUS DIREITOS. ASSIM, O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PESSOAS SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ADQUIRI-LOS – EXATAMENTE COMO NO CASO VERTENTE – NÃO CONSUBSTANCIA AFRONTA AO ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TAMPOUCO À LEI Nº 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES), UMA VEZ QUE ESTA ÚLTIMA PREVÊ A DISPENSA DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS EM CASOS DE URGÊNCIA, A EXEMPLO DO QUE OCORRE NA SITUAÇÃO SOB EXAME.

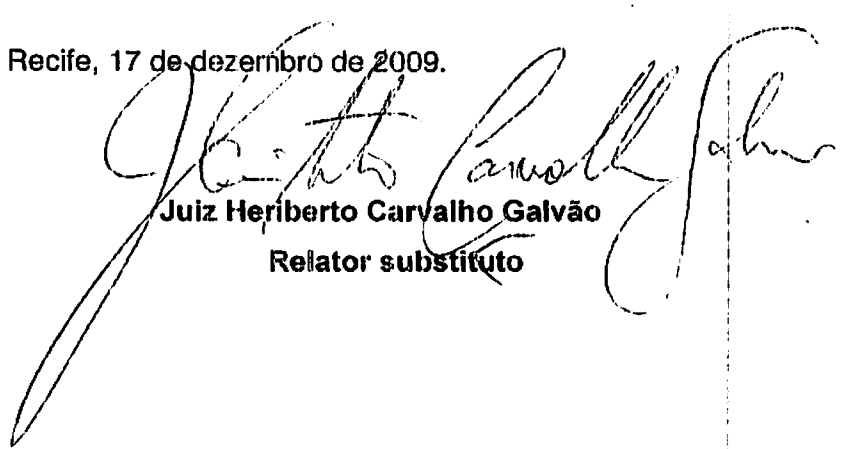
- A CONCESSÃO DA MEDIDA PLEITEADA NÃO IMPORTA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE (ARTIGO 5º, CAPUT E INCISO I, DA CF/88), UMA VEZ QUE A OBRIGAÇÃO DE O ESTADO FORNECER O MEDICAMENTO EM TELA NÃO É RELATIVA APENAS AO IMPETRANTE, MAS SIM, ANTE O DEVER CONSTITUCIONAL DO ENTE ESTATAL, EXTENSIVA A QUALQUER PESSOA QUE DELE COMPROVADAMENTE NECESSITE. ASSIM, NÃO HÁ A APONTADA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO DO IMPETRANTE; AO CONTRÁRIO, O PLEITO FORMULADO MERECE INTEGRAL DEFERIMENTO, POR ESTAR AMPLAMENTE CARACTERIZADA A APARÊNCIA

324
P
127.
DO BOM DIREITO (*FUMUS BONI JURIS*), BEM COMO O
PERICULUM IN MORA (PERIGO DA DEMORA) - UMA VEZ QUE
SUA PATOLOGIA ENCONTRA-SE EM QUADRO DE
PROGRESSÃO E DEGENERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL AO
QUAL SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO SEM
DISCREPÂNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo regimental nº 126034-8/01, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de inexistência de interesse processual do impetrante; ainda indiscrepantemente, em não acolher a preliminar de litisconsórcio passivo necessário e conseqüente incompetência deste juízo; ainda unissonamente, em não conhecer da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, bem como, ainda uniformemente, no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator (julgamento realizado em 09 de dezembro de 2009).

Recife, 17 de dezembro de 2009.



Juiz Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL Nº 126034-8/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : MARCELO VENÂNCIO BEZERRA

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Heriberto Carvalho Galvão

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental interposto em face de decisão, proferida no mandado de segurança (preventivo) de nº 126034-8 pelo eminente relator originário, Des. Eloy D'Almeida Lins (autos em apenso – fls. 22/24), pela qual se deferiu o pleito de liminar, determinando-se à autoridade impetrada (Exmo. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco) que adotasse as providências urgentes e necessárias para o fornecimento do medicamento requestado na exordial (GEODON 80, indicado para o tratamento de esquizofrenia), enquanto perdurasse a prescrição médica, sob pena da incidência de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) na hipótese de descumprimento da medida.

Nas razões do presente agravo regimental (fls. 02/15), suscita, de início, o ente público recorrente preliminar de inexistência de interesse processual do impetrante, à consideração de que o Estado não teria se recusado a fornecer medicamentos para o combate à enfermidade de que é portador o recorrido, razão pela qual este seria carecedor de ação; em seguida, argúi preliminar de litisconsórcio passivo necessário e conseqüente incompetência deste juízo, apontando que, nos termos dos artigos 4º e 7º, inciso XI, da Lei nº 8.080/90, o Sistema Único de Saúde (SUS) seria

326
129

integrado não apenas pelo Estado de Pernambuco, mas também pela União e pelos municípios, razão pela qual estes e suas respectivas autoridades também deveriam figurar no pólo passivo do feito, o que levaria à competência da Justiça Federal para apreciar a questão – diante da presença da União -, tendo-se em vista o disposto no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988; a seguir, suscita preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, aduzindo que o autor da ação mandamental postularia medida de ordem administrativa que não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de estar o juiz se substituindo ao administrador e ofendendo, de forma expressa, o princípio constitucional da separação de poderes (artigo 2º, CF de 88) - acrescenta, ainda nessa toada, que a compra de medicamentos sem observância do devido processo legal importaria violação, entre outros dispositivos, ao inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal e à Lei Federal nº 8.666/93, pelo que, com fulcro no artigo 267, inciso VI, do CPC, requer a extinção do feito sem julgamento meritório; no mérito, assevera que a escolha de medicamentos a serem fornecidos pelo Estado de Pernambuco atenderia ao interesse público geral, não tendo como haver particularização para atender, caso a caso, a todos os cidadãos – aponta existirem outros medicamentos indicados ao tratamento da esquizofrenia que foram adquiridos pelo Estado de Pernambuco e que se encontrariam à disposição dos pacientes que porventura viessem a deles necessitar. Pugna, portanto, pelo provimento do regimental, a fim de que se reforme a decisão interlocutória liminar atacada.

É o relatório.

À votação.

Recife, 03 de dezembro de 2009


Juiz Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL Nº 126034-8/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : MARCELO VENÂNCIO BEZERRA

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Heriberto Carvalho Galvão

VOTO:

Senhor Presidente

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

1. Preliminar de inexistência de interesse processual do impetrante:

Suscita o Estado de Pernambuco, de início, inexistência de interesse processual do impetrante, à consideração de que o Estado não teria se recusado a fornecer medicamentos para o combate à enfermidade de que é portador o recorrido, razão pela qual este seria carecedor de ação.

Ocorre que o interesse processual se desdobra no binômio necessidade/utilidade da prestação jurisdicional e, nessa seara, tem-se que, indubitavelmente, o medicamento pleiteado é útil ao tratamento da doença da qual se encontra acometido o impetrante, havendo, doutra banda, premente necessidade de que o recorrido utilize o remédio em questão, uma vez que, ao que consta dos autos, o paciente não vem respondendo

prt

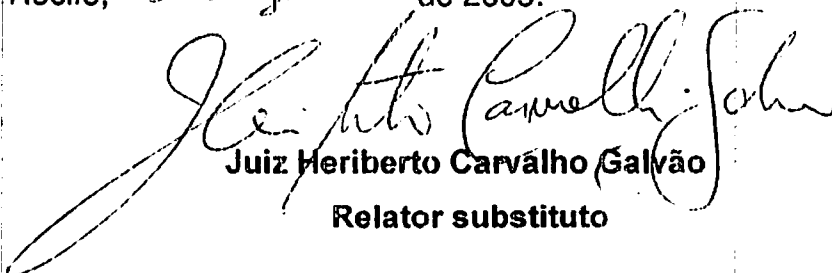
1

328
131
satisfatoriamente às terapias convencionais, não se tendo, inclusive, consoante o atestado médico acostado às fls. 15/15v dos autos do mandado de segurança, adaptado/respondido aos antipsicóticos tradicionais – pelo contrário, vem apresentando sérios efeitos adversos aos mesmos.

Em assim sendo, voto pela rejeição da presente preliminar.

É como voto.

Recife, 03 de dezembro de 2009.


Juiz Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto

329
P
132

2. Preliminar de litisconsórcio passivo necessário e consequente incompetência deste juízo:

Argúi, em seguida, o recorrente preliminar de litisconsórcio passivo necessário e consequente incompetência deste juízo, apontando que, nos termos dos artigos 4º e 7º, inciso XI, da Lei nº 8.080/90, o Sistema Único de Saúde (SUS) seria integrado não apenas pelo Estado de Pernambuco, mas também pela União e pelos municípios, razão pela qual estes e suas respectivas autoridades também deveriam figurar no pólo passivo do feito, o que levaria à competência da Justiça Federal para apreciar a questão – diante da presença da União -, tendo-se em vista o disposto no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

De fato, o Sistema Único de Saúde (SUS) é integrado, nos termos das normas supramencionadas, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios; isso, no entanto, não significa, em absoluto, que o demandante somente possa ajuizar ação contra todos os entes federativos em questão, até porque tal exigência inviabilizaria por completo o pleito de atendimento à saúde, que é indubitável obrigação do Poder Público.

Ademais, trata-se, consoante exposto pelo próprio recorrente, de competência comum a todos os entes federativos (ver artigo 23, inciso II, da CF/88), o que impõe, sem sombra de dúvida, o reconhecimento de uma responsabilidade/obrigação solidária de tais entes pelo trato da saúde dos cidadãos – consoante ademais, vem entendendo o STJ (ver AgRg no Ag 1044354/RS, AgRg no Ag 886.974/SC e AgRg no Ag 961.677/SC), razão pela qual o autor da ação originária tem o direito de escolher qual ente federativo demandar, uma vez que se trata de coobrigados.

Acerca do tema, veja-se o excerto jurisprudencial a seguir:

330
P
133

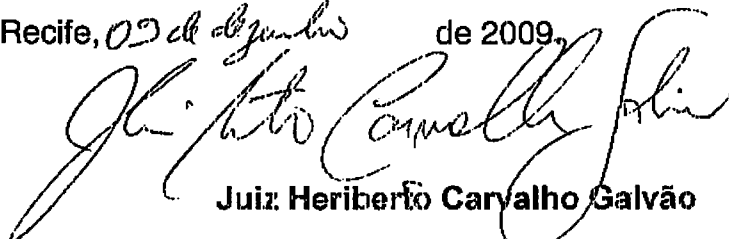
Ementa: PROCESSUAL CIVIL - CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA IMPETRANTE - CONCESSÃO DE LIMINAR - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTE NECESSÁRIO E INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO - REJEITADA - PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - REJEITADA - MÉRITO: SEGURANÇA CONCEDIDA - DECISÃO UNÂNIME. 1 - Preliminar de ausência de citação de litisconsorte necessário e conseqüente incompetência do juízo, suscitada pelo impetrado - evidenciada a legitimidade do Secretário de Saúde do Estado no pólo passivo da relação jurídica processual e o não cabimento da intervenção da União e do Município como litisconsortes passivos. CF art. 23, II, NOB nº 01/96 do SUS - Lei Federal nº 8.080/90, art. 7º. Inc. XI. Descabido também o pleito de competência da Justiça Federal para analisar o feito. Rejeitada, à unanimidade. 2 - Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido suscitada pelo impetrado - a alegação de impossibilidade jurídica do pedido conforme foi exposta, confunde-se com a questão meritória, cabendo análise quando do próprio exame do mérito. Preliminar rejeitada. Mérito - Cabe ao poder público velar pela preservação da vida humana conforme preconiza a Carta Magna, caput do art. 6º, art. 196. Inteligência do art. 2º da Lei Federal nº 8.080/90, e ainda art. 159 da Constituição do Estado de Pernambuco. Segurança concedida. Decisão: À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTE NECESSÁRIO; À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO; À UNANIMIDADE DE VOTOS, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA. (Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE - 2º Grupo de Câmaras Cíveis - Mandado de Segurança nº 161126-3 - Rel. Des. Antônio Fernando Araújo Martins - Data do Julgamento: 04/06/2008).

331
2
134

Diante disso, voto também pela rejeição da presente preliminar.

É como voto.

Recife, 02 de Dezembro de 2009.



Juiz Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto

332
135

3. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido:

A seguir, suscita o Estado preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, aduzindo que o autor da ação mandamental postularia medida de ordem administrativa que não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de estar o juiz se substituindo ao administrador e ofendendo, de forma expressa, o princípio constitucional da separação de poderes (artigo 2º, CF de 88) - acrescenta, ainda nessa toada, que a compra de medicamentos sem observância do devido processo legal importaria violação, entre outros dispositivos, ao inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal e à Lei Federal nº 8.666/93, pelo que, com fulcro no artigo 267, inciso VI, do CPC, requer a extinção do feito sem julgamento meritório.

No que tange a tais alegações, dúvida não resta de que adentram o mérito da causa e, em assim sendo, devem ser apreciadas somente quando da análise meritória.

Em assim sendo, não conheço da presente preliminar.

É como voto.

Recife, 09 de dezembro de 2009



Juiz Heriberto Carvalho Galvão

Relator substituto

333
P
136

4. Mérito:

Quanto ao mérito do presente regimental, é de se salientar que, com efeito, consoante exposto na bem lançada decisão interlocutória atacada, da lavra do eminente Des. Eloy D'Almeida Lins, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas (federal, estadual ou municipal), zelar pela saúde de seus cidadãos.

Considera o ente público recorrente que o atendimento à pretensão do impetrante - que, se deferida, imporá ao Poder Público a obrigação de custear o tratamento em tela com o medicamento pleiteado, independentemente da observância de diretrizes e prioridades já estabelecidas pela administração - importaria violarem-se normas e princípios de obrigatória observância à realização de despesas públicas, a exemplo do artigo 37, inciso XXI, da CF/88 e da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

Ainda segundo o Estado de Pernambuco, o deferimento do pleito do recorrido implicaria violar-se também o princípio constitucional da independência dos poderes, uma vez que, nessa hipótese, estaria o magistrado substituindo-se ao administrador.

Ocorre que, consoante preceitua o *caput* do artigo 5º de nossa Carta Magna Federal, cabe ao Poder Público velar pela preservação da vida humana - especificamente no que concerne ao direito à saúde, tem-se que este se encontra garantido no artigo 196 da CF, no artigo 2º da Lei Federal nº 8.080/90, bem como no artigo 159 da Constituição do Estado de Pernambuco.

No caso concreto do qual tratam os autos, eventual indeferimento do pleito do impetrante teria, sem sombra de dúvida, o condão

334
b
137

de trazer prejuízos imediatos e irreparáveis à sua saúde, sendo certo que, consoante o já mencionado atestado médico de fl. 15/15v dos autos, o paciente em questão é portador de esquizofrenia e não vêm respondendo satisfatoriamente aos tratamentos convencionais; muito ao revés, vem apresentando sérios efeitos adversos aos antipsicóticos tradicionais.

Acrescente-se, nessa toada, que não pode o Estado suscitar questões administrativas para se furtar a cumprir sua obrigação – constitucionalmente prevista, conforme já visto – de garantir a saúde dos administrados. Nesse sentido, veja-se a jurisprudência desta Egrégia Corte:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PACIENTE COM ARTRITE REUMATÓIDE (DOENÇA AUTOIMUNE CRÔNICA). MEDICAÇÃO DE CUSTO ELEVADO. RECURSOS FINANCEIROS ESCASSOS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196). PRECEDENTES. ATO COATOR. FALTA DE COMPROVAÇÃO. SUSCITAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. CITAÇÃO DE LITISCONSORTE. DISPENSA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. Preliminares: 1. Em casos de negativa de fornecimento de medicação, o ato tido por coator, cometido na modalidade omissiva, pode ser comprovado com a afirmação do impetrante acompanhada de documentos que comprovem sofrer do mal apontado, bem assim qual a medicação deve ser ministrada para debelá-lo, subscrita por profissional médico. 2. É do Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado com a finalidade de compelir o Secretário de Saúde do Estado a fornecer o medicamento Humira (Adalimumabe) a paciente portador de artrite reumatóide (doença autoimune crônica). 3. A correção do ato tido por coator, podendo ser realizada pela autoridade indigitada, no caso o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, dispensa a necessidade

334
b
138

de trazer prejuízos imediatos e irreparáveis à sua saúde, sendo certo que, consoante o já mencionado atestado médico de fl. 15/15v dos autos, o paciente em questão é portador de esquizofrenia e não vem respondendo satisfatoriamente aos tratamentos convencionais; muito ao revés, vem apresentando sérios efeitos adversos aos antipsicóticos tradicionais.

Acrescente-se, nessa toada, que não pode o Estado suscitar questões administrativas para se furtar a cumprir sua obrigação – constitucionalmente prevista, conforme já visto – de garantir a saúde dos administrados. Nesse sentido, veja-se a jurisprudência desta Egrégia Corte:

5

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PACIENTE COM ARTRITE REUMATÓIDE (DOENÇA AUTOIMUNE CRÔNICA). MEDICAÇÃO DE CUSTO ELEVADO. RECURSOS FINANCEIROS ESCASSOS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196). PRECEDENTES. ATO COATOR. FALTA DE COMPROVAÇÃO. SUSCITAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. CITAÇÃO DE LITISCONSORTE. DISPENSA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. Preliminares: 1. Em casos de negativa de fornecimento de medicação, o ato tido por coator, cometido na modalidade omissiva, pode ser comprovado com a afirmação do impetrante acompanhada de documentos que comprovem sofrer do mal apontado, bem assim qual a medicação deve ser ministrada para debelá-lo, subscrita por profissional médico. 2. É do Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado com a finalidade de compelir o Secretário de Saúde do Estado a fornecer o medicamento Humira (Adalimumabe) a paciente portador de artrite reumatóide (doença autoimune crônica). 3. A correção do ato tido por coator, podendo ser realizada pela autoridade indigitada, no caso o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, dispensa a necessidade

335
P
139

de que todas as esferas da Administração Pública sejam judicialmente acionadas. Mérito: Detém o cidadão brasileiro, privado do acesso à medicamentos de alto custo e essenciais à manutenção de sua vida, o direito de receber do Estado a prestação de assistência à saúde conforme fazendo através do o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela a Lei 8.080/90, com ações que proporcionem assistência terapêutica integral e farmacêutica (art. 6º, I, "d"). Preliminares de ausência de interesse processual, falta ausência de citação de litisconsortes necessários e incompetência absoluta rejeitadas indiscrepantemente. Meritoriamente, a Segurança foi concedida. Decisão unânime. Decisão: INDISCREPANTEMENTE, FORAM REJEITADAS AS OBJEÇÕES FORMAIS SUSCITADAS PELO IMPETRADO E, NO MÉRITO, AINDA INDISCREPANTEMENTE, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR. (Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE – 2º Grupo de Câmaras Cíveis – Mandado de Segurança nº 145961-2 – Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho – Data do Julgamento: 11/02/2009).

Acrescente-se, ainda, não ser merecedora de guarida a alegação de que a concessão, pelo Poder Judiciário, de medida administrativa tal como pleiteada implicaria violação ao princípio constitucional da independência/separação dos Poderes do Estado (artigo 2º, CF de 88) – com efeito, tem-se que, a toda evidência, sempre que o Poder Público não estiver cumprindo com seu dever de zelar para com a saúde de seus administrados tem o interessado a via aberta do Judiciário para fazer valer seus direitos. Assim, o fornecimento de medicamentos a pessoas sem condições financeiras de adquiri-los – exatamente como no caso vertente – de modo algum consubstancia afronta ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tampouco à Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), uma vez que esta última norma legal prevê, em seu texto, a dispensa de procedimentos licitatórios em casos de urgência, a exemplo do que ocorre na situação ora sob exame.

336
P.
140

Tampouco é verdadeiro que a concessão da medida pleiteada importe violação ao princípio da igualdade (artigo 5º, *caput* e inciso I, da CF/88), uma vez que a obrigação de o Estado fornecer o medicamento GLEODON 80 não é relativa apenas ao impetrante, mas sim, tendo-se em vista o multimencionado dever constitucional do ente estatal, extensiva a qualquer pessoa que dele comprovadamente necessite.

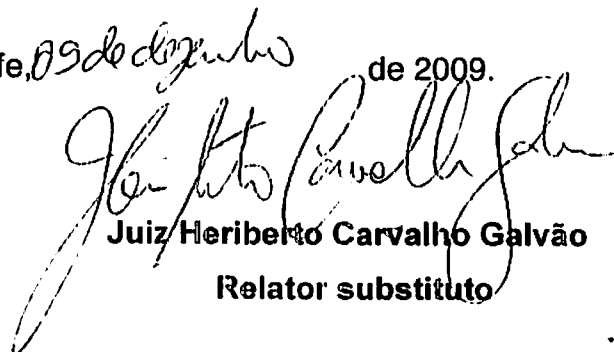
Não se configura, assim, a apontada impossibilidade jurídica do pedido do impetrante; ao contrário, o pleito formulado merece integral deferimento, por estar amplamente caracterizada a aparência do bom direito (*fumus boni juris*).

Por seu turno, é de se observar que, consoante salientado, na decisão ora atacada, pelo douto Des. Eloy D'Almeida Lins, o *periculum in mora* (perigo da demora) também milita em prol do impetrante, uma vez que sua patologia encontra-se em quadro de progressão e degeneração.

Devido a todo o exposto, voto pelo improvimento do presente agravo regimental, para que se mantenha, em todos os seus termos, a decisão atacada.

É como voto.

Recife, 09 de dezembro de 2009.


Juiz Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto